



TERRITÓRIOS E PAISAGENS BENEDITINAS NO RIO DE JANEIRO

HOYUELA JAYO, José Antonio (1); MAIA FRAGOSO, Mauro (2)

1. Terysos do Brasil Ltda
antoniohoyuela@gmail.com
2. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Direção de Patrimônio
maurofragoso@gmail.com

RESUMO

Ao longo dos séculos XV e XVI, enquanto Portugal e Espanha dilatavam seus domínios políticos através da expansão marítima, a milenar Ordem beneditina tomava novo alento com a criação das congregações beneditinas de Valladolid, na Espanha, e a dos monges negros de Portugal. Esta segunda, foi erigida na década de 1560, mediante a restauração dos mosteiros lusitanos, coordenada por Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos, provenientes da abadia catalã de Monserrate, pertencente à Congregação de Valladolid. Após a terceira sessão do concílio de Trento, Filipe II iniciou a reforma das ordens religiosas em Valladolid, passando em seguida à Monserrate, ao Escorial e a Madri. A chegada dos beneditinos ao Brasil, bem como a dos franciscanos e carmelitas, coincidiu com o período denominado por União Ibérica ou governo filipino. Na expansão territorial da península ibérica para o além mar, as ordens religiosas funcionaram como impulsionadoras do processo civilizatório da América latina sob o domínio do catolicismo. Assim, o primeiro mosteiro beneditino fundado fora da Europa, foi o de Salvador, na Bahia, nos primeiros anos da década de 1589. Da Bahia, os beneditinos passaram a Olinda, em Pernambuco, e às capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraíba. No Rio de Janeiro, os beneditinos se instalaram, por volta de 1590, inicialmente em uma edificação de taipa de pilão, no então Morro da Conceição. As obras do Mosteiro definitivo tiveram início pela igreja, no ano de 1633, sob a orientação de Frei Leandro de São Bento, passando posteriormente ao encargo de Frei Bernardo de São Bento. Uma vez delimitados objeto e espaço, a proposta desse artigo é analisar as dimensões dos mesmos como patrimônio cultural a partir do lugar e da paisagem em que estão inseridos, a história e as narrativas associadas, a documentação relativa ao monumento e à Ordem, assim como as obras de arte, a traça, as referências eruditas neles contidas, as referências dos artesãos – do saber vernacular e nem tanto erudito –, da economia, da sociedade e de outros fatores relevantes, bem como, o patrimônio imaterial – sobremaneira, o canto gregoriano, a disciplina da Ordem e a formação dos religiosos e educação por esses ministrada à juventude local. À guisa de conclusão, o texto apresenta a importância do complexo beneditino fluminense na convergência das diferentes dimensões patrimoniais da arte e da paisagem na edificação monástica inserida na cultura brasileira. Como meta final, o artigo procura salientar importância da união ibérica na formação do

referido patrimônio artístico e paisagístico, ao longo dos séculos XVII e XVIII e avançando como um patrimônio integral, de grande riqueza e diversidade no decurso dos seculos seguintes.

Palavras-chave: Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro; Paisagem; Território; Patrimônio Cultural; Sistemas Territoriais.

RESUMEN

A lo largo de los siglos XV y XVI, mientras Portugal y España ampliaban sus dominios políticos a través de la expansión marítima, la milenaria orden benedictina cobraba nueva vida con la creación de las congregaciones benedictinas de Valladolid, España, y la de los monjes negros de Portugal. Este segundo se construyó en la década de 1560, mediante la restauración de los monasterios lusitanos, coordinada por fray Pedro de Chaves y fray Plácido de Vilalobos, de la abadía catalana de Monserrate, perteneciente a la Congregación de Valladolid. Tras la tercera sesión del Concilio de Trento, Felipe II inició la reforma de las órdenes religiosas en Valladolid, pasando luego a Monserrate, Escorial y Madrid. La llegada de los benedictinos a Brasil, así como la de los franciscanos y carmelitas, coincidió con el período conocido como Unión Ibérica o gobierno filipino. En la expansión territorial de la península ibérica hacia ultramar, las órdenes religiosas funcionaron como impulsoras del proceso civilizatorio en América Latina bajo el dominio del catolicismo. Así, el primer monasterio benedictino fundado fuera de Europa fue en Salvador, Bahía, en los primeros años de la década de 1589. Desde Bahía, los benedictinos se trasladaron a Olinda, en Pernambuco, ya las capitales de Río de Janeiro, São Paulo y Paraíba. En Río de Janeiro, los benedictinos se instalaron alrededor de 1590, inicialmente en un edificio de tapial, en lo que entonces era el Morro da Conceição. Las obras del Monasterio definitivo se iniciaron con la iglesia en 1633, bajo la dirección de Fray Leandro de São Bento, pasando luego a cargo de Fray Bernardo de São Bento. Una vez delimitados objeto y espacio, el propósito de este artículo es analizar sus dimensiones como patrimonio cultural a partir del lugar y paisaje en el que se insertan, la historia y narrativas asociadas, la documentación relacionada con el monumento y el orden, así como las obras de arte, el diseño, las referencias eruditas en ellas contenidas, las referencias de los artesanos -de saberes vernáculos y no tan eruditos-, de la economía, de la sociedad y de otros factores relevantes, así como, del patrimonio inmaterial -sobre todo , el canto gregoriano, la disciplina de la orden y la formación de los religiosos y la educación que éstos dan a la juventud local. A modo de conclusión, el texto presenta la importancia del conjunto benedictino de Río de Janeiro en la convergencia de las diferentes dimensiones patrimoniales del arte y el paisaje en la edificación monástica inserta en la cultura brasileña. Como objetivo final, el artículo pretende subrayar la importancia de la unión ibérica en la formación del mencionado patrimonio artístico y paisajístico, a lo largo de los siglos XVII y XVIII y avanzando como patrimonio integral, de gran riqueza y diversidad a lo largo del siglos siguientes.

Palabras clave: Monasterio de São Bento do Rio de Janeiro; Paisaje; Territorio; Patrimonio cultural; Sistemas Territoriales.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira considera como *bem cultural*...

... as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, DEPAM, 2018).

Em seus comentários à Constituição de 1967 (EC/69), o professor José Celso de Mello Filho (apud RABELLO, 2009, p. 19) afirmava que o tombamento está colocado para efetivar a tutela desse patrimônio cultural, que agora envolve o natural, o lugar, a história e a arte, a documentação histórica que o descreve, e seus restos arqueológicos associados, no próprio tabuleiro de São Bento, ou no entorno, nas baixadas, e nas planícies, assim como nas áreas litorâneas, que compõem o rico território beneditino fluminense.

Partindo dessas premissas, o texto em curso tem como objetivo apresentar atuação dos beneditinos no Rio de Janeiro numa ampla perspectiva territorial, paisagística e cultural (HOYUELA JAYO, 2019). Neste sentido, a composição dos territórios e paisagens promovidas pelos referidos beneditinos, iniciada pelos portugueses durante o período colonial e continuada pelos belgas e alemães da Congregação de Beuron, no período republicano.

Particularmente a primeira fase, via português, está intimamente vinculada à Congregação espanhola de Valladolid pelo seu contexto político e religioso no século XVI e, sobretudo por ser a fundadora da Congregação beneditina luso-brasileira. Com efeito, a renovação das ordens religiosas em Valladolid teve início após a terceira sessão do Concílio de Trento, durante o reinado de Filipe II, enquanto governava simultaneamente Portugal e Espanha (HOYUELA JAYO, 2021). A restauração dos mosteiros beneditinos portugueses se deu com a colaboração dos beneditinos pertencentes à Congregação valisoletana, mais particularmente com a participação de Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos, como diz Frei Leão de São Tomás (1651, 1974, p. 412).

Ainda naquele mesmo século XVI, de Portugal, os beneditinos passam ao Brasil, estabelecendo-se inicialmente em Salvador, na Bahia, nos primeiros anos da década de 1580, donde passam ao Rio de Janeiro, no final da mesma década de 1580. Instalados na capital da Província do Rio de Janeiro, os beneditinos expandiram os seus territórios por toda a costa fluminense, assinalando-os ora com suas edificações, ora apenas pela denominação toponímica, como o Morro da Conceição que tem sua topônimo mudada para Morro de São Bento e o Mosteiro dedicado à Nossa Senhora do Monserrate, vinculando-o à Abadia catalã de mesma invocação.



Figura 1. Distribuição das fazendas beneditinas no Rio de Janeiro, no século XIX. 1. Mosteiro do Rio de Janeiro; 2. Fazenda de Iguassú; 3. Fazenda de Camorín; 4. Fazendas de Vargem Grande e Pequena; 5. Fazenda da Ilha do Governador; 6. Fazenda de Maricá; 7. Fazenda de Cabo Frío; 8. Fazenda de Campos dos Goytacazes (PACHECO, 2010).

Em Paraty, no limítrofe Sul da Província, foi edificado o hospício dedicado à invocação de São Gonçalo do Amarante que, segundo a tradição teria sido aluno dos beneditinos portugueses no Mosteiro do Pombeiro e, posteriormente, ingressado na Ordem dominicana em domínio espanhol. Ao longo do tempo, o hospício ruiu, mas o orago subsistiu na toponímia praiana. Em Mussurepe, localidade dos Campos dos Goytacazes, limítrofe Norte da mesma Província fluminense, em meados do século XVII, edificou-se um Mosteiro, ainda existente, sob a denominação do mesmo Patriarca dos monges Ocidentais. Contudo, na toponímia daquela mesma região campista, prevaleceu o nome de Santo Amaro, o primogênito da linhagem beneditina.

O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro foi tombado pelo IPHAN como resultado do processo 9-T-1938, nos livros do Tombo Histórico: Inscr. nº 85, de 15/07/1938 e de Belas Artes: Inscr. nº 178, de 15/07/1938. Não obstante ser o objetivo do tombamento a preservação e salvaguardo do patrimônio, isto nem sempre tem sido demonstrado por alguns atendentes da instituição governamental que mais dificultam do que favorecem a manutenção do bem tombado, neste caso, particularmente o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

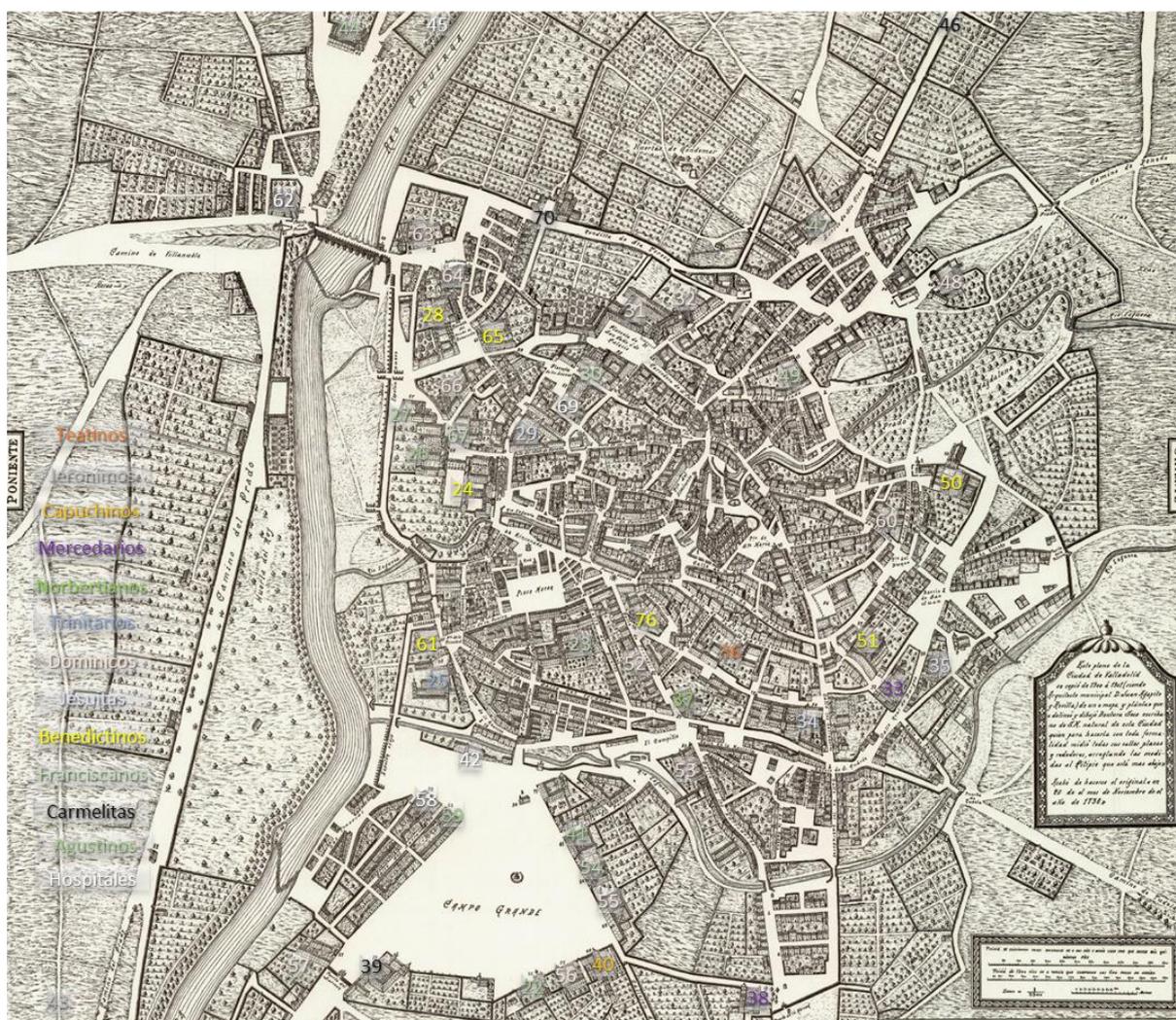


Figura 2. O sistema conventual vallisoletano, sede da coroa, e depois do império hispânico (Carlos I de Espanha e V de Alemanha), desde os reis católicos até Felipe III, acolherá 24 conventos masculinos e outros tantos femininos, das ordens: Teatinos, Capuchinos, Mercedarios, Trinitarios, Carmelitas, Beditinos, Franciscanos, Norbertianos, Dominicos, Jesuitas, Jerónimos, Agustinos e Hospitalares (entre outros). Fonte: *Hispanica Urbs Brasiliarium*, HOYUELA JAYO, J.A., 2015.

A reforma das ordens religiosas segundo as diretrizes do concílio de Trento

Tão antiga quanto a civilização, a religião tem sido um elemento identitário entre os povos das mais variadas culturas de toda a humanidade (CLAVAL, 2008). Dentre esses diversos credos religiosos, no Ocidente prevaleceu o cristianismo estabelecendo uma nova era. Como nas demais sociedades humanas, entre o povo cristão também nem sempre reinou a concórdia. Embora havendo contínuas dissidências entre esse povo, a mais notória delas haveria de acontecer ao longo do século XVI com a publicação das 95 teses do religioso agostiniano, Martinho Lutero, no ano de 1517. Desde então, a Igreja Católica Romana vem procurando meios de amenizar tal ruptura e tentando promover o diálogo ecumênico.

Em 1521, o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V, convoca uma reunião para tratar do assunto e que passou à história com o nome de Dieta de Worms. A esta seguiram-se outras reuniões a fim de tratar do mesmo tema. Dentre elas, a de maior impacto foi indubitavelmente o Concílio de Trento ficaria reunido em três períodos entre os anos de 1545 e 1563. Desde a convocatória da primeira sessão do Concílio ficou notória a necessidade de íntima conexão entre o poder político e eclesiástico, considerando o poder eclesiástico tanto na sua vertente secular como regular em sua dupla função de evangelizar e civilizar. Logo no período inicial do Concílio, foi aprovada a reforma das ordens religiosas que tiveram início ao longo dos anos de 1570 e 1580, entre franciscanos, beneditinos, carmelitas, dominicanos, premonstratenses, jesuítas e jerônimos, nos principais centros da península ibérica como Valladolid, Madrid, Salamanca, no Escorial e na Vila do Prado.

No caso dos beneditinos, como afirma Geraldo Coelho Dias (2011), as reformas já haviam começado na Alemanha desde a primeira metade do século XV, passando em seguida à Itália, à Espanha e a Portugal. No que concerne à Congregação de Valladolid, na Espanha, segundo Luíz Rodriguez Martínez (1981), *El Monasterio de San Benito el Real de Valladolid*, fundado no último quartel do século XIV, haveria de se estabelecer como casa central da Congregação valisoletana que, por sua, na centúria seguinte reformou a abadia catalã dedicada à Virgem de Monserrate.

Como diz o arquiteto e urbanista José Antonio Hoyuela Jayo (2017), durante seu reinado, entre os anos de 1556 e 1598, Filipe II apoiou a reforma das ordens nos territórios a ele confiados, o que fez mediante a promulgação de leis a fim de assegurar que a reforma promovida pelo Conselho estava permanentemente sob o

controle da Coroa e de seus conselheiros eclesiásticos, tornando-a uma reforma política, chegando a ser mais papista que o Papa, controlando suas fontes de ingressos, como expressam bulas como a *In coena Domini* que inclui subsídios eclesiásticos, expressa a dependência econômica e militar dos papas e do cristianismo, dos estados católicos, e especialmente da Espanha (CÁRCEL, 1998). Alfredo Verdoy (1994, p. 257) enfatizou ainda mais o relacionamento entre a Coroa e a Igreja ao dizer que os Papas dependiam econômica, militar e até religiosamente dos espanhóis e do próprio rei, a ponto de não poder dizer não às suas reivindicações eclesiásticas e econômicas, além de reformar os quadros eclesiásticos espanhóis tanto no clero diocesano quanto no religioso. No entender de Belenguer (1995, p. 324-325, 337), Filipe II dominou o papado e as decisões da Cúria romana, mas também Roma, bem como os Estados a ele submetidos. O clero espanhol preferiu olhar para o Rei em vez de olhar para Roma. Apesar de sua devoção à Igreja e a preocupação com as reformas, Filipe II não resistiu à tentação de usar seu poder para fins políticos e econômicos. No parecer de José Martínez Millán (1994, p. 191-192), a Coroa controlava os tribunais eclesiásticos através do Conselho de Castela, promovendo com isso a fusão progressiva das estruturas e instituições religiosas, políticas, sociais, culturais, educacionais e de defesa a partir da monarquia e acima de Roma.

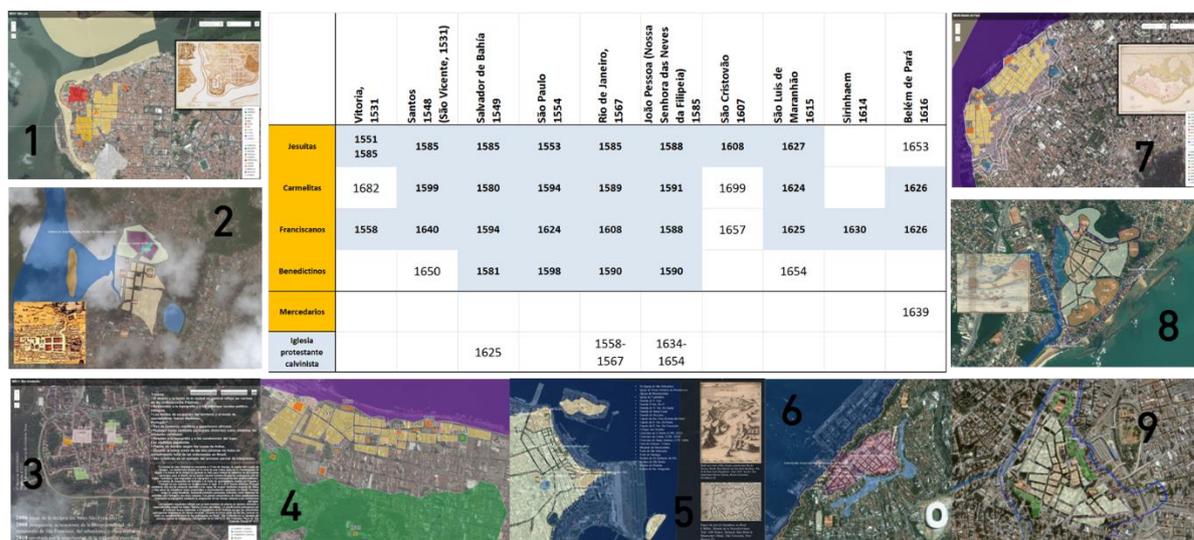


Figura 3. Principais fundações das quatro ordens implantadas no Brasil durante o Período Filipino. Fonte: *Hispanica Urbs Brasiliarum*, Hoyuela Jayo, José Antonio, 2015.

Segundo Gonzalo Fernández-Gallardo Jiménez (1999), foi nesse contexto que surgiu a ideia de um plano geral de reforma das ordens religiosas com os mesmos objetivos

centralizadores e confessionais do Estado. Tais princípios eram expressos da mesma maneira para os premostratenses, franciscanos, carmelitas, e outras ordens (franciscanos recoletos, cartuxos, dominicanos, trinitários ou os mercedários) deveriam adaptar-se às pretensões de Coroa, passando do regime conventual para um maior compromisso evangelizador, de *observância*, construindo o maior instrumento de poder colonizador.

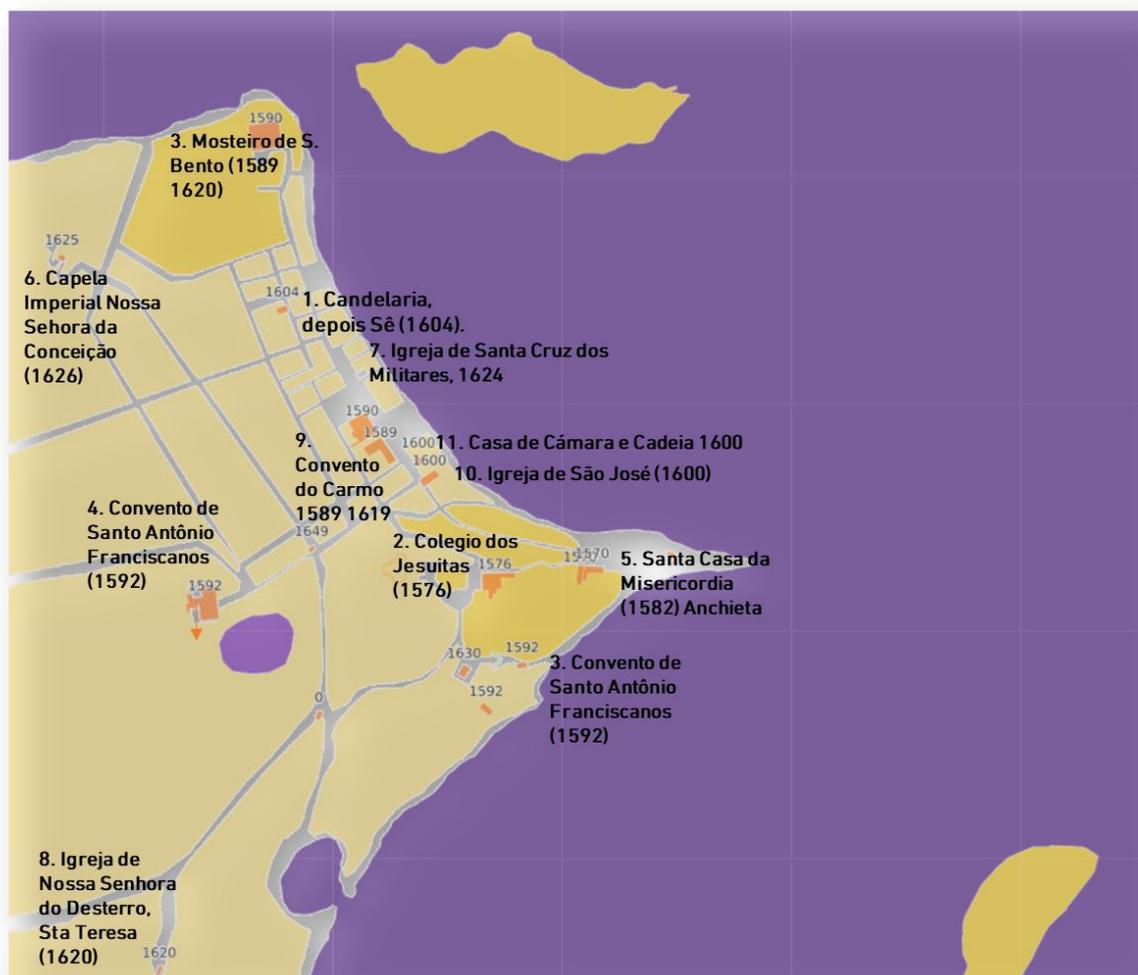


Figura 4. Principais datas das fundações das primeiras ordens no Rio de Janeiro durante o período filipino. Fonte: Hoyuela Jayo, José Antonio, *HISPANICA URBS BRASILIARUM*.

Murilo Marx (1989) destaca que poucos os investigadores colocaram a Igreja como protagonista nos processos de transformação das cidades. Esse arquiteto e urbanista reconhece a importante ligação entre a Coroa portuguesa e a Igreja, principalmente através do Padroado. No parecer de José Antonio Hoyuela Joyo (2007), essa ligação entre o poder da Coroa e a Igreja, incluindo clero secular e as ordens religiosas,

aprofundou-se durante o período da União Ibérica, período esse em que foram promulgadas as ordenações filipinas nos territórios da Coroa portuguesa, como síntese das práticas comuns no Império.

Como salienta Fania Fridman (1994), na fundação da cidade do Rio de Janeiro, essas leis foram corroboradas pelas constituições, garantindo a fundação de cidades em nome do Rei e o exercício das práticas religiosas em conformidade com as tradições ibéricas, como a Semana Santa, por exemplo. De certo modo, tais práticas religiosas acabaram por estabelecer caminhos e organizar espaços urbanos através do estabelecimento de capelas, ermidas, capelas, mosteiros e conventos nos domínios urbanos com propriedades agrárias ao longo da costa brasileira. Na formação dos centros urbanos, a vivência religiosa foi uma das principais responsáveis pelo traçado e pela morfologia das vilas e cidades, ligando um ponto a outro através da rua direita e outras. O mesmo vale para a cidade de Salvador, na Bahia, como afirma Maria Hermínia Oliveira Hernández (1999, 2009). As ordenações e Constituições garantiram a edificação de igrejas e mosteiros bem como a implantação e funcionamento de confrarias e demais instituições caritativas para cuidado dos órfãos e enfermos. Isto fez com que direito dos Reis de Castela e o Patrocínio das Índias se mantivessem.

No contexto brasileiro de transição do século XVII para o XVIII, o sínodo organizado por Dom Sebastião Monteiro da Vide e que se deu no ano 1707, resultando nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, foi um meio de adequar as normas estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563) às terras brasileiras e às suas peculiaridades. Como instrumento de implementação das normas conciliares em terras brasílicas esse foi um dos primeiros documentos eclesiásticos produzidos na realidade local em que a Igreja havia sido implantada oficialmente a pouco mais de 150 anos, considerando 1551 como ano de criação da Sé primacial do Brasil, sob a denominação de São Salvador e instalada na capital soteropolitana. Na transitoriedade dos tempos, essas *Constituições*, canonicamente perduraram até o final do século XIX, quando então se deu a passagem do governo Imperial à República e, conseqüentemente, o fim do Padroado. Como a Igreja havia marcado seu território nas terras do além-mar sob o regime do Padroado português e das ordenações filipinas, as *Constituições* não somente continuaram garantindo a formação da paisagem cultural em solo brasileiro até a implantação do Estado laico, como é ainda frequentemente recorrida no tocante a consultas de variados temas que extrapolam os limites eclesiásticos.

Os beneditinos no Rio de Janeiro

Os registros primitivos que levam o nome de São Bento são os *Diálogos*, de São Gregório Magno e a *Regra* dos cenobitas Ocidentais. Segundo a tradição, São Bento nasceu em Núrsia, na Região do Lácio, Província de Roma, na Itália, no ano de 480, e faleceu em Monte Cassino, no ano de 547. A *Regra* que leva seu nome é dirigida a monges cenobitas, isto é, que vivem em comunidade. É composta de Prólogo e 73 capítulos normativos de como deve ser a vida no mosteiro. No século VIII, a *Regra de São Bento* passou à Gália e sucessivamente a outros países europeus. Segundo a tradição, a *Regra de São Bento* passou à península ibérica durante as primeiras décadas do século IX, com a fundação do Mosteiro de Sant Esteve de Banyoles, na Catalunha. Os mosteiros beneditinos são autônomos. A partir do século X, com a fundação de Cluny, na França, passaram a ser filiados em Congregações, como posteriormente haveria de ser criada a Congregação Beneditina de Valladolid, na transição do século XV para o XVI, e a portuguesa, na década de 1560.

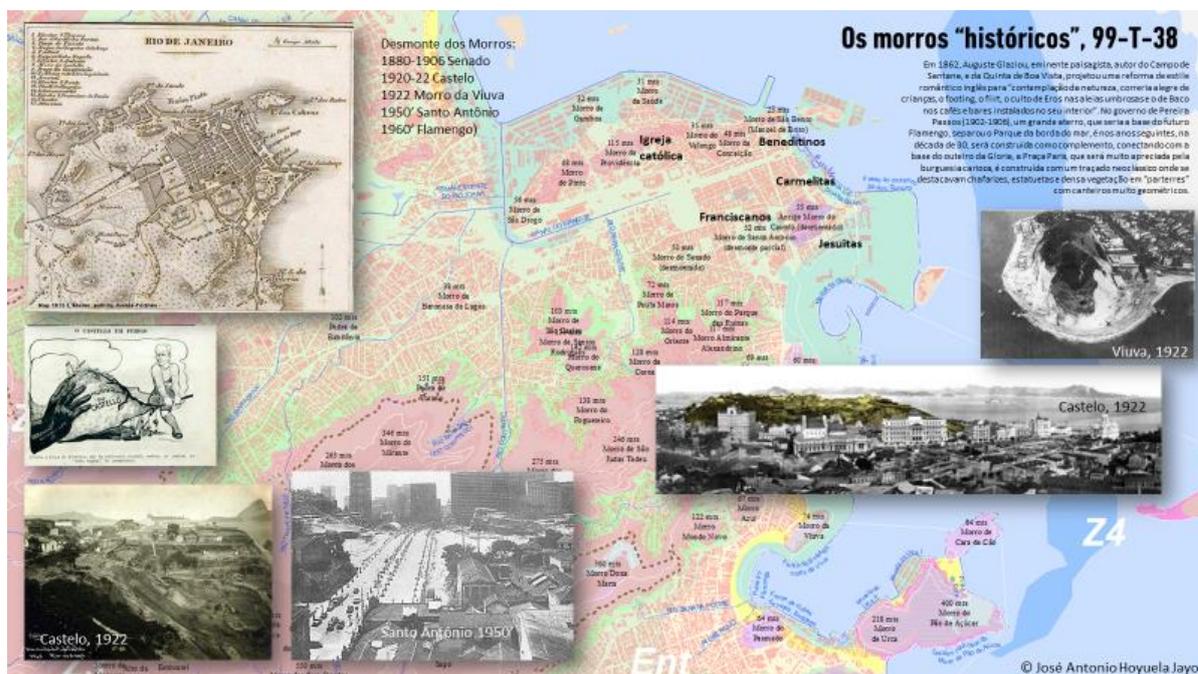


Figura 5. Os morros históricos e as ordens religiosas neles implantadas, vão definir um importante impulso para a expansão da cidade de Rio de Janeiro, especialmente intensa durante o período filipino, após o Concílio de Trento, com a chegada dos beneditinos, carmelitas e franciscanos e o reforço dos jesuítas. José Antonio Hoyuela Jayo.

Na esteira da expansão marítima, os beneditinos passaram ao Brasil na década de 1580, através dos portugueses, quando então, o Abade Geral, Frei Plácido de

Villalobos, enviou Frei Antônio Ventura do Latrão acompanhado de oito beneditinos, para fundarem em Salvador, na Bahia, o primeiro cenóbio fora da Europa e, conseqüentemente o primeiro do continente americano (FRAGOSO, 2015). Na opinião de Mário Mendonça de Oliveira (2011), graças às importantes doações recebidas pelos beneditinos na cidade de Salvador, naquela mesma década de 1580, houve uma aceleração no processo de expansão da cidade com presença dos engenheiros de fortificação apoiando as obras arquitetônicas. Em meio à prosperidade oferecida pela produção açucareira e não obstante a invasão holandesa, os beneditinos não tardaram em difundir a Ordem pela costa brasileira, fundando então o Mosteiro de Olinda (1592), Rio de Janeiro (1593), Paraíba (1599) e São Paulo (1610). Fizeram ainda outras fundações, algumas de vida efêmera e outras que não prosperaram, mas que deixaram sua marca na toponímia, como a da Ilha do Frade (1589), em Vitória, no Espírito Santo. Dentre as outras mencionadas fundações encontram-se a de Ilhéus, Graça (1647) e Brotas (1670), na Bahia; Sorocaba (1667), Santos (1650), Jundiá (1668) e Parnaíba (1643), no Estado de São Paulo; Campos dos Goytacazes e São Gonçalo, no município de Paraty, ambas no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente pertencentes à Província da Congregação beneditina portuguesa, após a independência, a então Província foi elevada à categoria de Congregação Beneditina do Brasil, no ano de 1827.

Uma vez instalados na cidade do Rio de Janeiro, em 1590, os religiosos receberam sucessivas doações que fizeram do Mosteiro um próspero latifundiário atingindo o apogeu econômico no século XVIII e brusco declínio na segunda metade do século XIX. Depois de confirmada a doação do Morro da Conceição por Diogo de Brito, em 25 de março de 1590, seguiram-se consideráveis aquisições agrárias, tanto por doação, como por compra. Entre os séculos XVII e XVIII, a principal fonte de renda dos religiosos advinha do cultivo canavieiro contando com a mão-de-obra de centenas de escravos distribuídos nas diversas fazendas ao longo da costa fluminense. Além da produção açucareira, os beneditinos investiram também na criação de gado, bem como na fundação de olarias para fabricação de tijolos e telhas.

Essas propriedades agrárias que, economicamente, possibilitaram a edificação do Mosteiro no coração da cidade à semelhança dos vasos capilares irrigam o corpo humano, marcaram a paisagem fluminense ora com a toponímia, ora com suas edificações. Da antiga fazenda do Iguaçu, ainda hoje, o Mosteiro de São Bento dá nome um bairro da cidade de Duque de Caxias. Na baixada campista, além do

Mosteiro que domina a paisagem, há também o santuário de Santo Amaro que dá nome a uma localidade no município de Campos dos Goytacazes. Da antiga fazenda do Camorim, na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, ainda se conserva de pé a igreja de Nossa Senhora do Monserrate. Da extinta fazenda na Ilha do Governado, que cedeu lugar ao aeroporto internacional, conserva-se o nome da Praia São Bento, como registro da passagem dos beneditinos naquela localidade. Do extinto hospício de São Gonçalo, no município de Paraty, restou apenas a toponímia de um bairro que é ponto turística devido à praia de mesmo nome.

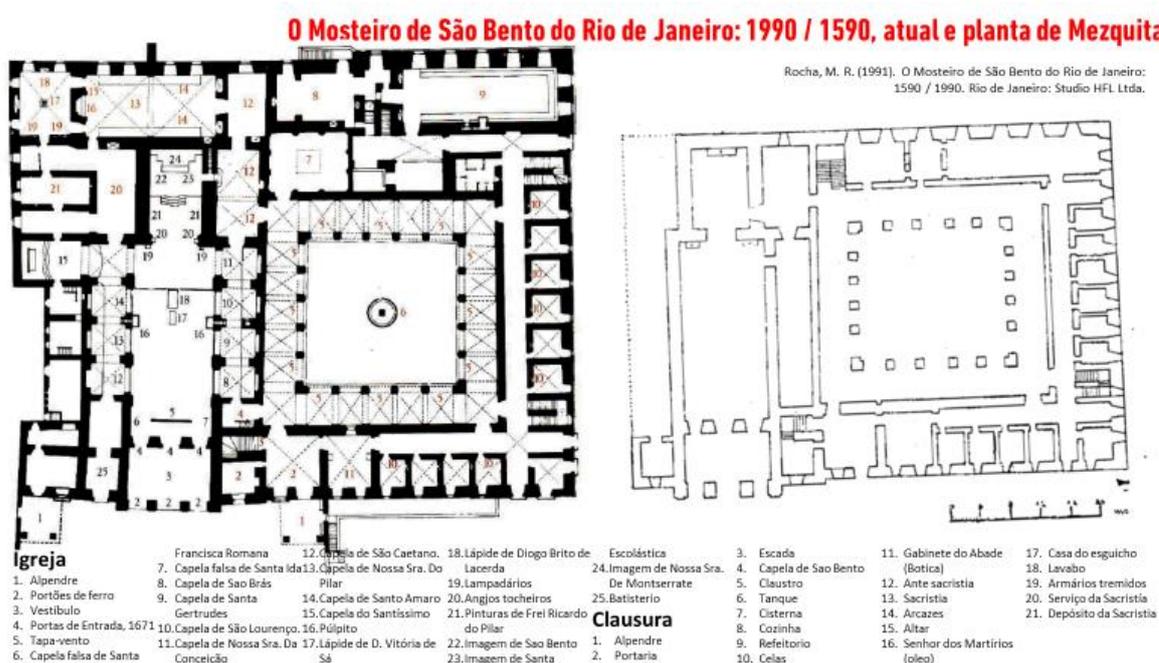


Figura 6. O traça do convento de São Bento do Rio de Janeiro foi proposta em 1614 por Francisco Frias da Mesquita, companheiro de Felipe II na Escola de Matemática de Madri, filho de Nicolau de Frias, e arquiteto maneirista que colaborou com Filippo Terzi e Juan de Herrera em Lisboa.

Igreja Abacial de Nossa do Monserrate do Rio de Janeiro.

Em outubro de 1589, Frei Pedro Ferraz e Frei João Porcalho chegaram na cidade do Rio de Janeiro para a fundação do Mosteiro. De início, ofereceram-lhes oferecida a Ermida de Nossa Senhora do Ó, na atual Rua Primeiro de Março. Devido à sua localização urbana, o barulho fez com que os dois fundadores procurassem outro local que fosse mais favorável ao recolhimento da vida monástica. Foi então, que encontraram uma ermida, em taipa de pilão, dedicada à Nossa Senhora da

Conceição, no morro que levava o mesmo nome do orago. Ali, edificaram o primitivo Mosteiro, igualmente em taipa de pilão, onde passaram a residir. Como reinava o período da União Ibéria, no ano de 1602, o governado Francisco de Souza sugeriu que a devoção de Nossa Senhora da Conceição fosse substituída por Nossa Senhora do Monserrate, em homenagem a Filipe II que governava Portugal e Espanha, o que foi aceito pelos beneditinos.

A construção do Mosteiro em alvenaria teve início no ano de 1633, começando pela igreja, sob a orientação de Frei Leandro de São Bento Cardozo, na atuando como mestre-de-obras. As obras continuaram sob a orientação de Frei Tomás da Assunção, e, posteriormente, de Frei Bernardo de São Bento Correa de Souza que, ao falecer, deixou “disposta a planta do Mosteiro”, como se lê no *Dietario* (p. 140).

A fachada da igreja é delimitada por dois alpendres, um à direita, que dá acesso à hospedaria – Casa de Emaús –, e outro, pelo qual se tem acesso à clausura. No centro da fachada, há três arcadas em cantaria, guarnecidas com portões de ferro fundidos em 1880. O brasão que aí se encontra é composto de um leão e um castelo, remontando os reinos de León e Castilla, nos quais se encontrava a Congregação beneditina de Valladolid (FRAGOSO, 2016).

Entre as devoções espanholas praticadas no interior da igreja encontram-se uma Capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar, cujo culto espalhou-se particularmente no período filipino e dois dos 14 painéis pintados por Frei Ricardo do Pilar na segunda metade do século XVII, um retratando Santo Ildefonso, Bispo de Toledo, e outro, São Domingos de Silos, Abade e patrono da comunidade autônoma de León e Castilla que leva seu nome.

O Claustro, paisagens íntimas e domésticas.

Quanto a perspectiva natural, o Morro de São Bento se destaca pela sua elevação diante da Baía da Guanabara e o cultivo de variadas espécies vegetais como acácias, cactáceas, bromélias, fícus, orquídeas e tumbérgias. O cultivo de plantas é previsto pela Regra de São Bento (41) e ao longo da história, essa atividade ocupou lugar de destaque nas abadias medievais, quer na produção alimentícia, quer na produção farmacológica. Como se lê na Vida dos Santos de Butler (1981, p. 162-167), Santa Hildegarda foi uma beneditina que viveu no século XII e se dedicou ao cultivo das plantas. Como salienta Jean Leclercq (2012, p. 124, 322) ao falar do Hortus deliciarum – Jardim das delícias –, texto ilustrado da cônica agostiniana Herrada de Landsberg,

contemporânea de Santa Hildegarda, o termo jardim, naquele momento estava mais vinculado a fertilidade espiritual. Não é sem razão que Carlos Terra (2013, p. 60), ao tratar dos jardins como Paisagens construídas, se vale do texto de Érica Milaneze ao dizer que A natureza proporciona um refúgio na solidão e sua harmonia sensibiliza a alma facilitando a comunicação com Deus. A natureza traz em si algo de religioso, sendo expressão concreta da divindade.

Seguindo essa perspectiva dos jardins ligados à espiritualidade, Geraldo Coelho Dias (2010) apresenta em detalhes do projeto paisagístico do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Casa mãe da extinta Congregação beneditina luso-brasileira, sediada na Diocese Braga, Portugal. Como Geraldo Coelho Dias, Manuel Engrácia Antunes (2006) também seguiu a senda da espiritualidade beneditina e escreveu Um Abade e o seu Jericó, abordando a trajetória dos jardins beneditinos elaborados entre os séculos XVII e XIX nos diversos mosteiros portugueses. Como se lê em O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590/1990, escrito por Dom Mateus Ramalho Rocha (1991), vê-se que essa tradição de cultivar jardins nos mosteiros beneditinos chegou ao Rio de Janeiro e assim, ao longo do século XVIII, plantou-se um jardim também denominado Jericó.

Alberto Padro Guimarães (1978) ao escrever O Monge beneditino Dom Pedro Eggerath, diz que esse religioso, após atuar como abade do Rio de Janeiro, regressou à Europa e se dedicou à jardinagem. A partir de 1929 passou a atuar como capelão da beneditinas de Santa Lioba, em Freiburg, Breisgau, seguindo, em 1936, com algumas monjas para Namur, que então fundaram o Mosteiro de Coquelet. Em ambas as casas, além de ocupar-se da vida espiritual das religiosas ministrando-lhes os sacramentos, ocupava-se igualmente de nutri-las com frutas, verduras e legumes por ele mesmo cultivados na horta, no pomar e no jardim. Dito isso, a fim de mostrar em poucas palavras a familiaridade dos beneditinos com a jardinagem, é preciso retomar às narrativas da restauração da abadia fluminense. Não sem antes lembrar que por vezes São Mauro, o primeiro discípulo de São Bento, é tido por um dos padroeiros dos jardineiros.

Sendo o Mosteiro propriamente uma edificação dos séculos XVII e XVIII, não atendia as necessidades da nova comunidade nele a ser instalada no início do século XX e por isso, fez-se necessária uma série de adaptações narradas na Crônica de 1903 (f. 1-4). Desde a sua fundação, em 1858, o Externato de São Bento encontrava-se instalado nas dependências cenobíticas. Aproveitando a ausência dos alunos por

ocasião das férias, continuaram-se as obras de reparação na clausura. No claustro, até então pavimentado em cantaria, plantou-se um jardim. Em data não identificada, plantaram-se quatro mudas de Jambeiro – *Syzygium malaccense* – que, não obstante a amenização do calor e da beleza trazida pela floração vermelho-púrpura, causaram outros problemas tais como demasiada sombra e umidade, que impediam o desenvolvimento de plantas forrageiras e a proliferação de fungos tanto nos vegetais como nos livros guardados no segundo pavimento, onde posteriormente foi instalada a biblioteca.

Em 1978 (Crônica), Burle Max, juntamente com Lúcio Costa e José Tabacow, apresentaram um plano de reforma para o jardim do claustro. Esse projeto previa a pavimentação de quatro caminhos em cantaria, que deveriam ir de cada uma das alas à fonte central que, por sua vez, também deveria receber um círculo em cantaria ao seu redor. A vegetação deveria ser alterada, conservando-se, no entanto, os quatro Jambeiros e algumas palmeiras ali existentes. As obras tiveram início no final daquele mesmo ano de 1978, começando pela renovação do sistema de drenagem das águas pluviais e iniciando o assentamento dos quatro caminhos.

Com o passar do tempo e o crescimento dos Jambeiros, estes ultrapassaram o telhado do segundo pavimento. Por volta de 2010, os Jambeiros sofreram uma poda indevida, danificando a peculiar forma cônica da espécie, bem como a abundante floração que forrava o chão como um tapete vermelho. Por volta de 2015, sofreram uma anomalia. O espécime que estava plantado no quadrante Noroeste secou por completo. Em dezembro de 2019, os outros três extinguiam-se a olhos vistos e precisaram ser removidos do jardim. Retirados os Jambeiros, gradativamente, as sementes caídas na terra foram germinando e, na medida em que brotavam, foram sendo arrancadas, deixando-se apenas um rebento no quadrante Sudeste, precisamente no ângulo que se encontra junto à bacia do chafariz. Sobre as velhas raízes, brotou o rebento que será deixado em memória de seus antepassados.

Sem as árvores, o jardim do claustro se tornou mais claro e passou a receber a luz solar com maior intensidade, permitindo que algumas espécies fossem brotando espontaneamente. De início, os quatro canteiros foram cobertos por um relvado de *Esquizocentron elegans*, uma espécie conhecida como Quaresmeira rasteira, de floração perene, cujas flores possuem um tom púrpura, semelhante ao das Quaresmeiras nativas da Mata Atlântica. Além desta, no canteiro Noroeste plantou-se

também *Tumbergia alata* de cores variadas, conhecida como Olho de poeta e Suzana-de-olhos-negros.

O propósito de deixar o jardim florescer espontaneamente tem sido no intuito de uma recuperação ambiental, com a mínima interferência possível e amparado pelas teorias defendidas por Carlos Terra em sua tese de doutoramento defendida na Escola de Belas Artes. Em sua pesquisa, Carlos Terra analisou os jardins como Paisagens construídas mediante planejamento que expresse uma linguagem com estética própria daquele que tem a posse do espaço. Carlos Terra afirma que a construção de um jardim revela, sobretudo, a relação com a natureza onde há uma interferência humana em maior ou menor escala. Dessa forma, um jardim pode revelar a condição social, assim como as preferências estéticas, mas sobretudo a sua relação com o ambiente local, implicando em conhecimento sobre as condições climáticas necessárias às espécies vegetais cultivadas, considerando a adaptabilidade e eventuais disponibilidades que garantam a alimentação de outras espécies, por meio das flores, frutos e raízes. Atualmente os paisagistas tendem a utilizar espécies nativas ou de fácil adaptação e a considerar o custo de manutenção do espaço cultivado. Há também um crescente interesse na recuperação espontânea da natureza, tendo em vista uma sustentabilidade que restaure os ambientes.

Esse sistema que consiste em deixar as plantas se desenvolverem espontaneamente é considerado uma prática inovadora nos projetos paisagísticos e tem sido apontado como possibilidade de recuperação de áreas degradadas, permitindo a recuperação gradativa do ecossistema mediante a colaboração entre plantas, insetos, pássaros e outros pequenos animais, permitindo ainda o retorno de outras espécies e fortalecendo a biodiversidade na medida em que o ambiente é recuperado. Neste sentido, o jardim do claustro, atualmente é um exemplo vivo de como a natureza age com pouca interferência. Mas quando necessário, nele são realizados determinados manejos tais como podas, eliminação de algumas espécies invasoras ou indesejáveis. Por outro lado, há também introdução de outras espécies, segundo o gosto da comunidade monástica.

Dentre as espécies que surgiram naturalmente introduzidas por aves e morcegos estão a *Solanum diphyllum* – mini physalis –, popularmente conhecida como tomatinho amarelo ou laranjinha ornamental; a *Schinus terebinthifolia*, denominada aroeira; e a *Murraya Paniculata*, murta, na linguagem popular. As que germinaram à beira dos caminhos de pedra foram deixadas, ao passo que as germinadas em meio

ao relvado foram sendo manualmente eliminadas ou transplantadas junto às outras que emolduram os caminhos ou as laterais do claustro.



Figura 7. O valor cultural de bens como o Convento de São Bento vai muito além das leituras arquitetônicas, artísticas ou históricas, e envolvem questões culturais, simbólicas, relacionadas com a memória e claramente com a paisagem

Em cada ângulo das arcadas, plantou-se um maciço de *Alpinia Vittata*, gengibre variegado, que com sua folhagem mesclada com tons claros ilumina a paisagem verde integrando-a harmonicamente às arcadas em cantaria. O efeito da luminosidade solar sobre cada um desses maciços é notório pela reação particular de cada um deles conforme a maior ou menor intensidade da irradiação da luz solar. Junto à ala Norte, devido à sua menor exposição aos raios solares, plantou-se o *Pachystachys Spicata*, também denominada *Justicia spicata*, segundo Harri Lorenzi (2015).

Como ressaltou Carlos Terra em sua tese, na maioria das vezes, o jardim está simbolicamente relacionado à vida daqueles que o vivenciam. Por isso, em se tratando de uma casa cristã, algumas outras espécies vão sendo integradas no jardim claustral,

visando não apenas a diversidade e o colorido da paisagem, mas principalmente o simbolismo bíblico mediante as plantas citadas nas Sagradas Escrituras, como a *Cassia fistula* ou acácia, lembrando a madeira com a qual se construiu a Arca da Aliança (Ex 25,10); a *Punica granatum*, conhecida como romanzeira, citada no Livro do Êxodo e no Cântico dos cânticos (Ct 4,3;8,2; Ex 28,33-34); e a *Salix Babilônica*, o salgueiro chorão citado no Salmo 136 (Sl 136 [137],2).



Figura 8. Vista da fachada principal do Convento com as duas “copiar ou tacaniças” frontais. Foto: Raffaella Bompiani, drone.

Como o próprio nome já indica, o claustro ocupa o centro da construção arquitetônica, circundado pelo dormitório, ao Leste e ao Sul; pela igreja, a Oeste; e pela cozinha, anexa ao refeitório, ao Norte. Trata-se de um espaço privativo dos monges, onde esses, habitualmente após o almoço e o jantar, se reúnem sobre às sepulturas, sentados em bancos ou caminhando frente à frente uns aos outros para o recreio que consiste numa conversa informal. No entanto, na celebração de determinadas efemérides litúrgicas, esse mesmo espaço é aberto aos fiéis em geral para que possam participar das celebrações como a procissão das Velas, a 2 de fevereiro; a procissão no domingo de Ramos; a procissão de Corpus Christi; a comemoração dos fiéis defuntos, a 2 de novembro; e por ocasião de sepultamento dos monges.

Território e paisagem beneditinos na baixada fluminense e carioca.

Como em qualquer outro segmento da sociedade humana, a territorialidade e a paisagem beneditina do Rio de Janeiro resultam do entrelaçamento entre aspetos sociais, económicos e ambientais, e da união entre religião e política, nem sempre

amistoso. Essa dinâmica iniciada no final do século XVI, a partir do domínio português atrelado ao domínio espanhol, conheceu distintas fases do poder público, da colônia ao Império (primeiro espanhol, depois português e brasileiro), e deste à República.

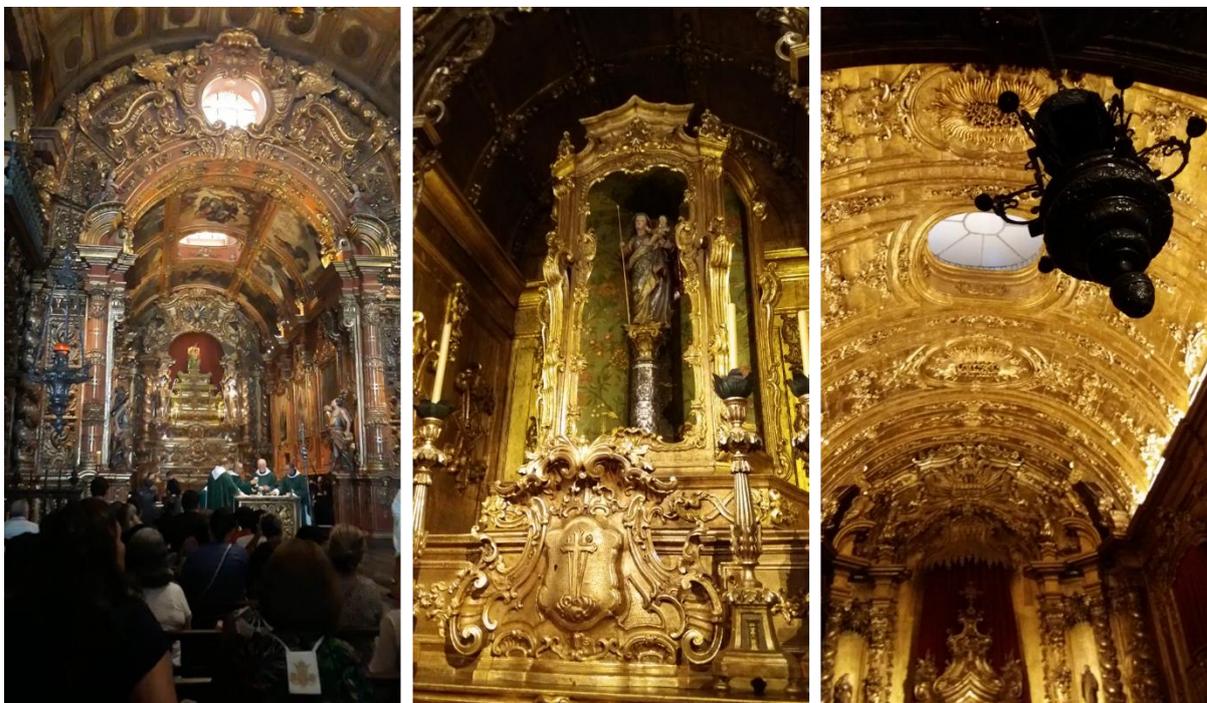


Figura 9. A arte beneditina que inclui a música gregoriana, a escultura e as devoções do Pilar e Monserrate, entre outras, nos trouxeram narrativas muito ricas e variadas para uma releitura do patrimônio cultural da ordem no Rio e no Brasil e que induzem novos olhares e novas dimensões do patrimônio cultural associado.

Mas, independentemente da situação política, esse patrimônio em questão foi constituído e gerenciado por indivíduos de diferentes culturas que reunidos sob a autoridade da *Regra de São Bento*, souberam ajustar suas semelhanças e disparidades em favor de um bem maior que é a vivência da fé. No percurso do tempo, passaram por diversas reformas políticas e religiosas, cada uma delas a seu modo, contribuíram com a formação dos indivíduos que, por sua vez, constituíram esse patrimônio que, através de sucessivas gerações que procuram mantê-lo adaptando-o à realidade de cada época, sem, no entanto, perder o fio condutor.

As diversas propriedades adquiridas entre o final do século XVI ao XVIII, aos poucos foram passando à outras mãos, conservando a maioria delas pelo menos a toponímia relacionada aos beneditinos como seus antigos proprietários. Após as dificuldades do século XIX, no irromper do século XX, a comunidade monástica recobrou sua

vitalidade graças à intervenção da Congregação beneditina de Beuron, e novas intervenções e sedes foram construídas.

Ao longo dos séculos, a territorialidade beneditina fluminense decresceu significativamente. Mas, depois da restauração promovida por Beuron, os territórios que resistiram à primeira fase foram reavivados, como a territorialidade ainda hoje mantida pelo Mosteiro de São Bento na Baixada campista. Outras propriedades foram adquiridas e a territorialidade expandida ao seu redor, como foi a edificação da Cela São Gerardo, no Alto da Boa Vista, no século XX, e a conseqüente criação das igrejas de Nossa Senhora da Luz e a de Santo Cristo, na mesma localidade.

Devemos considerar São Bento como um conjunto de paisagens dentro de um território cultural homogêneo, próprio, que envolve seus diferentes valores paisagísticos, territoriais, históricos, urbanísticos, sociais, artísticos, ecológicos, imateriais, simbólicos, e até sensíveis, organizados em sistemas territoriais e apoiados nas suas narrativas naturais e culturais a eles associadas.

Hoje queremos ressignificar esses bens, a través de um processo de rerratificação, incluindo as visuais históricas, a ambiência e sua integração com a topografia, mas também os valores naturais e ambientais, etnográficos, sociais e económicos, que explicam o papel da ordem na construção da cidade capital, do território fluminense, e da rede de povoações do entorno. Seu papel social e cultural, como ordem que criou uma relação com os escravos, com a nobreça e com a elite carioca, será capital na história da cidade, do estado e do país criando um verdadeiro sistema territorial patrimonial, de interesse cultural, mas também económico e social.

Os valores ecológicos, ambientais e naturais, caraterísticos do sítio derivam da escolha da implantação dos conventos, no alto do morro, São Bento, ou em lugares estratégicos. De fato, o morro de São Bento será um dos relevos tombados em 1938 pelo IPHAN pelo seu interesse histórico na primeira leva de tombamentos paisagísticos. Ao mesmo tempo o convento se espelha na baía de Guanabara, conectando sua singularidade botânica, mas também o uso de plantas pela botica e as plantas usadas no jardim, ou plantadas nas diferentes fazendas da ordem nos redeadores.

Já entre os elementos de interesse natural devemos destacar os remanescentes florestais, arbustivos ou de plantas em massas de interesse cultural ou ambiental, científico ou ecológico, dentro dos diferentes lotes e propriedades, as árvores valiosas, e as plantas ameaçadas de extinção, assim como os arboretos de interesse botânico,

científico, ambiental, cultural... Os ecossistemas e paisagens de interesse histórico, artístico, cultural, ambiental, de ambiência ou paisagístico (definidores do caráter da paisagem) envolvem antigos brejos, mangues, matas ciliares singulares, alto de morros, encostas e visadas de interesse histórico e natural.

Será importante igualmente revisar o valor histórico do convento como lugar associado a importantes eventos no processo de construção da sua memória, e da memória da cidade, tais como a própria implantação da ordem, a defesa contra os franceses, ou a extensão da ordem pelo território fluminense e carioca, assim como sua presença na vida pública da cidade. A eles, deveremos somar os valores artísticos, móveis e imóveis, das obras de arte, pinturas e esculturas, mas também da própria arquitetura, que combinam beleza e arte dentro do paradigma beneditino, unindo indissolivelmente o material e o imaterial.

Na consideração das Artes Aplicadas, devemos revisar também os valores científicos e tecnológicos das artes beneditinas, tanto as decorativas quanto as botânicas, na área da medicina e mesmo na musical, com seus espaços e manifestações que combinam beleza e utilidade, a través da arquitetura e do paisagismo, e inclusive da religiosidade e da espiritualidade, da pesquisa, da política e da educação que caracterizam a ordem desde seus inícios.

Em relação a arquitetura conventual, devemos agregar as edificações complementares tais como fazendas e condomínios, palacetes, casas, fazendas, senzalas, aquedutos, engenhos ou fábricas. Entre as construções auxiliares destacam galpões, estufas, ou obras de engenharia, como infraestruturas, aquedutos, áreas de serviços entre outras. Entre as obras de arte devemos destacar os acervos culturais e religiosos, as esculturas, os jardins, e as pinturas e mobiliário diverso, mas também as pinturas, fotografias, filmes que o identificam e documentam. Dessa forma, pequenos elementos como fontes batismais, chafarizes, azulejos, também contribuem para essa releitura como patrimônio cultural de excelência, e como paisagem cultural. Entre os espaços livres vinculados destacamos os pátios, mas também os quintais, pomares, jardins, hortos, hortos florestais, hortos botânicos e os logradouros associados como acessos, ruas, praças, aleias, terreiros, adros, trilhas... Entre os documentos primários e secundários, descritivos desses bens, destacamos os documentos fundacionais (projeto, cartas, memórias...), os documentos descritivos (fotografias, pinturas...) e os acervos científicos, que constroem um importante grupo de fundos para futuras pesquisas.

A preservação das paisagens beneditinas quer salvaguardar os valores e atributos paisagísticos a partir da ideia de “território beneditino”, entendido como objeto e como soma de processos de apropriação que abrangem diferentes sistemas territoriais, elementos componentes e narrativas. Nesse conjunto de elementos estariam as fazendas de Iguazu (Duque de Caxias) e de Campos de Goitacazes, assim como os engenhos de Nra. Sra. Do Desterro (Jacarepaguá), e de Vargem Grande e de Vargem Pequena, e inclusive aquela Camorim (ainda hoje remanescentes) ou intervenções contemporâneas, ou o engenho da Ilha do Governador, de acordo como Barbosa Teixeira (2015; 2009)

Essa visão inovadora incorpora o patrimônio cultural desde a perspectiva da paisagem e do território, como sugere a portaria 375 (IPHAN, DEPAM 2018), onde o espaço público e até o vazio, entendidos como o não construído, entram dentro de uma leitura mais abrangente da complexidade do patrimônio cultural e suas interações, econômicas e ambientais, e até imateriais, com a sociedade e com os seres vivos que o habitam, o constroem e o transformam.

O patrimônio cultural beneditino abarca por tanto lógicas e narrativas diferenciadas que o modelam, definem e constituem. Essas lógicas explicam os territórios e suas paisagens, juntando-se como sistemas territoriais, e colocando em relação uns bens com outros, sempre dentro da narrativa da cultura beneditina, e do território carioca e fluminense, nas suas diferentes escalas e cenários. Essa proposta deve ser fundamental para sua interpretação e gestão futuras, como recurso patrimonial e turístico (Hoyuela Jayo 2014 c), e também para seu reconhecimento final como patrimônio cultural paisagístico carioca, fluminense e do Brasil, a serem protegido no contexto dos riscos e mudanças em andamento (Hoyuela Jayo 2019).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **Comentário aos Salmos**. São Paulo: Paulus, 1998, Patrística, Volume 9/3.
- ANTUNES, Manuel Engrácia. Um Abade e o seu Jericó – Frei Tomás do Sacramento no Mosteiro de Santo André de Rendufe no segundo quartel do século XVIII. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coordenadora), **Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa**. Porto: CEPESE, 2006.
- BENTO. **A Regra de São Bento**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, [Século VI] 2003.
- BIBLIA do peregrino. São Paulo, 2002.

- BUTLER, Alban. **VIDA dos santos de Butler**. Petrópolis: Vozes, [1756-1759] 1981, Volume IX.
- CÁRCEL, Ricardo Garcia. Reforma protestante a la Reforma católica, De la. Reflexiones sobre una transición. **Manuscrits: revista d'història moderna**, Barcelona, n.16, p. 39-63, 1998.
- CEBRIÀ, Ernest Belenguer. **El Imperio hispánico (1479-1665)**. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1995.
- CLAVAL, Paul. Religion et idéologie – perspectives géographiques. Paris: PUPS, 2008.
- Crônicas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Mosteiro de São Bento: Arquivo, 1903 a 1978.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo. Porto: CITCEM e Afrontamento, 2011.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. **Tibães: o encanto da cerca, o silêncio dos monges e o últimos Abades Gerais do Beneditinos**. Porto: Museu São Martinho de Tibães / Mosteiro de São Bento da Vitória, 2010.
- DIETARIO do Mosteiro de Nossa S. do Monserrate do Rio de Janeiro da Ordem de São Bento. Rio de Janeiro: Arquivo do Mosteiro de São Bento, Manuscrito, 1773.
- FRAGOSO, Mauro Maia. História, iconografia e semiologia da Igreja Abacial de Nossa Senhora do Monserrate do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. **Coletânea**, Rio de Janeiro, Ano XV, Fascículo 29, p. 179-212, jan./jun. 2016.
- FRAGOSO, Victor Murilo Maia. Grafia & Iconografia: Traços identitários na Escola de Serviço do Senhor – Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (1602-1802). Rio de Janeiro: UERJ / PPGE (Tese de Doutorado), 2015,
- FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Garamond, 1994.
- GUIMARÃES, Alberto Prado. **O Monge beneditino Dom Pedro Eggerath**. São Paulo: Gráfica Sangirard G. Fonseca & Santos, 1978.
- IPHAN, DEPAM. **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, Ministério de Cultura, Governo Federal, Portaria 375 de 19 de setembro de 2018.
- HOYUELA JAYO, José Antonio. **A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira – subsídios para a integração da Paisagem e do Território na normatização e na gestão do Patrimônio Cultural brasileiros**. Rio de Janeiro: IPHAN, grupo de trabalho da Chancela Cultural brasileira, 2019.
- **Brasil, una construcción hispánica**. In: J. A. Hoyuela Jayo, & M. C. Teixeira, URBS IBEROAMERICANA, Memoria, Territorio, Lugar y Artificio de las ciudades castellanas y portuguesas entre los tratados de Tordesillas (1494) y San Ildefonso (1777). Giroestudio y Terysos, 2007.

- **HISPANICA URBS BRASILIARUM: El papel de la Unión Ibérica en la construcción histórica del territorio en los Brasiles (inérita)**. 2015. Valladolid: Tesis en Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Valladolid. 2015.
- **Patrimônio Cultural e, ou é, Paisagem?**. Brasília: DEPAM / IPHAN, 2017.
- **O uso da recomendação da paisagem histórica urbana de UNESCO: Valladolid berço do estado moderno, e capital do império hispânico**. FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável, 11(2). 2017. Obtenido de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34084>
- HOYUELA JAYO, J. A., & FRAGOSO, M. Maia. **A paisagem beneditina no Brasil, uma obra de arte total**. 2020. Anais do 4º Simposio Científico 2020, ICOMOS Brasil, 1º Simposio Científico Internacional ICOMOS/LAC: O estado da arte do Patrimônio. 2020. Rio de Janeiro: ICOMOS Brasil, IEDS.
- JIMÉNEZ, Gonzalo Fernández-Gallardo. **La supresión de los franciscanos conventuales de España en el marco de la Política Religiosa de Felipe II**. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1999.
- LECLERCQ, Jean. **O amor às letras e o desejo de Deus**. São Paulo: Paulus, [1957] 2012.
- LORENZI, Harri. **Plantas para jardim no Brasil: herbáceas, arbustivas e trepadeiras**. Nova Odessa: Instituto plantarum, [2013] 2015.
- MAGNO, Gregório. **Vida e milagres de São Bento**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, [593] 1996.
- MARTINEZ, Luís Rodriguez. **Historia del Monasterio de San Benito el Real de Valladolid**. Valladolid: Caja de ahorros popular de Valladolid, Ateneo de Valladolid, 1981.
- MARX, Murilo. **Nosso Chão: Do Sagrado ao Profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.
- MILLÁN, José Martínez. En busca de la ortodoxia. In: MILLÁN, José Martínez (Org.). **La Corte de Felipe II: Historia y Geografía**. Madrid: Alianza, 1994.
- NECROLÓGIOS**. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro: Arquivo, Séculos XVII-XX.
- OLIVEIRA. Mário Mendonça. **A contribuição da antiga engenharia militar para a moderna engenharia e arquitetura**. In: Seminário História da Construção Luso-Brasileira. Vitória: Universidade Federal de Espírito Santo, 2011.
- PACHECO, P. H. (2010). **Moral e disciplina: monges e escravos no espaço monástico beneditino na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História da UERJ (dissertação de mestrado).
- RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Brasília: IPHAN, 2009.
- ROCHA, Mateus Ramalho. **O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro – 1590/1990**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.
- SÃO TOMÁS, Leão de. **Beneditina Ivsitana**. Coimbra: Manoel de Carvalho, 1651, Fac-símile Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, Tomo II.

TEIXEIRA, Claudia Barbosa (2009). **A influência do sentido religioso na formação da cidade do Rio de Janeiro: de Villegagnon ao Vice-Rei**. Niterói: UFF, 2009, Programa de post-graduação em arquitetura e urbanismo.

----- . **O papel das Ordens Leigas na configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1763-1840**. Rio de Janeiro, 2015. Tese da UERJ.

TERRA, Carlos. Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

VERDOY, Alfredo. **Síntesis de historia de la Iglesia: Baja Edad Media, Reforma y Contrarreforma (1303-1648)**. Madrid: UPCO, 1994.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Bruno Feitler e Evergton Sales Souza / EDUSP, 2010.